

O PAPEL DOS PARTIDOS NA ELEIÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

MEDIAÇÃO DEMOCRÁTICA COM ENTRAVES

Diana Azeredo*
Maria Lúcia Moritz†

Resumo: Este artigo tem como finalidade examinar a mediação desempenhada pelos partidos políticos na promoção ou impedimento de candidaturas de mulheres negras. A temática insere-se no interesse da Ciência Política brasileira em investigar a desigualdade política sob a perspectiva do binômio gênero e raça. Tal interesse surge da maior dificuldade enfrentada pelas mulheres negras para alcançar cargos de representação política. Considerando que os fatores que contribuem para essa sub-representação são diversos, assim como as estratégias para revertê-la, e que um dos caminhos passa pela atuação partidária, o estudo propõe analisar esse agente político devido à sua significativa relevância nos regimes democráticos e nos processos eleitorais. Especificamente, busca investigar a dinâmica entre partidos e candidatas negras nas eleições proporcionais de 2014, 2018 e 2022, com base em duas variáveis: orientação ideológica partidária e perspectivas de sucesso das mulheres negras. Os dados do TSE são processados em linguagem *R* e examinados sob a perspectiva interseccional. A abordagem metodológica adotada é quantitativa. Os resultados revelam que, nos pleitos de 2014 e 2022, os partidos de esquerda elegeram percentuais mais elevados de candidatas pretas e pardas, o que não se verificou em 2018. Esses achados sugerem que a orientação ideológica tem impacto na mediação, podendo facilitar ou dificultar o ingresso dessas mulheres nos espaços decisórios.

Palavras-chave: gênero; raça; mulheres negras; eleição; partidos políticos.

THE ROLE OF PARTIES IN ELECTING BLACK WOMEN IN BRAZIL

DEMOCRATIC MEDIATION WITH OBSTACLES

Abstract: This article seeks to examine the role of political parties in either promoting or impeding the candidacies of black women. The topic is situated within the broader field of Brazilian Political Science, which investigates political inequality through the intersection of gender and race. This interest arises from the substantial barriers faced by black women in attaining political representation. Given the multifaceted factors contributing to this underrepresentation, along with the variety of strategies aimed at addressing it, one key avenue involves the actions of political parties. This study analyzes the role of political parties as a significant agent within democratic regimes and electoral processes. In particular, it explores

* Jornalista, mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, com bolsa do CNPq. Seus interesses de pesquisa incluem a representação de mulheres negras nos parlamentos brasileiros. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5118-0046>. E-mail: azeredo_diana@yahoo.com.br.

† Graduada em Ciências Sociais, Mestra e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS. Pesquisadora sobre as temáticas feminismo, gênero e representação política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3402-6543>.

the dynamics between parties and black candidates in the proportional elections of 2014, 2018, and 2022, focusing on two variables: party ideological orientation and the electoral prospects of black women. Data from the TSE (Superior Electoral Court) are processed using R language and analyzed through an intersectional lens. The study employs a quantitative methodological approach. The results indicate that, in the 2014 and 2022 elections, left-wing parties elected higher percentages of black and brown candidates, a trend not observed in 2018. These findings suggest that party ideological orientation plays a critical role in mediating the success of black women candidates, either facilitating or obstructing their access to decision-making spaces.

Keywords: gender; race; black women; election; political parties.

1 INTRODUÇÃO

Seja pela falta de dados¹ ou pelo menosprezo que remete ao racismo estrutural (Almeida, 2018), a Ciência Política brasileira, apenas recentemente, vem se debruçando para compreender a desigualdade política a partir do binômio gênero e raça. Esse interesse advém da percepção sobre a maior dificuldade de mulheres negras acessarem os cargos de representação política. Embora sejam quase 30% da população nacional, pretas e pardas ocupam pouco mais de 5% dos assentos parlamentares. Em contraponto, homens brancos, que somam 20,6% no censo demográfico, assumem mais de 60% dos mandatos (Azeredo, 2023). As razões dessa discrepância são múltiplas, assim como as soluções para revertê-la.

Um desses caminhos passa pela atuação dos partidos (Sacchet, 2020). É esse ator político com grande relevância nos regimes democráticos e nos processos eleitorais que propomos analisar neste artigo. Especificamente, buscamos examinar a mediação exercida pelas agremiações para potencializar ou obstruir candidaturas de pretas e pardas. O presente estudo tem caráter exploratório e nosso foco é analisar a relação entre partidos e candidatas negras nas eleições proporcionais de 2014, 2018 e 2022, a partir de duas variáveis: posicionamento ideológico do partido e chances de sucesso das mulheres negras. Os dados do TSE são tratados em linguagem *R* e a escolha metodológica é quantitativa.

A análise é feita à luz da perspectiva interseccional. O conceito de interseccionalidade, forjado por Crenshaw (2002), permite enxergar que as mulheres

¹ Somente em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passou a coletar dados referentes à cor/raça das pessoas que se candidatam.

não se constituem em um grupo homogêneo; ao contrário, são atravessadas por diversos marcadores sociais, os quais produzem vivências específicas. Dessa forma, é importante considerar as opressões de gênero e raça ao analisar a exclusão política, já que mulheres negras estão ainda mais à margem das instâncias representativas do que as mulheres brancas.

Também as autoras Collins e Bilge (2021) contribuem para este debate e apontam o quanto a desigualdade é agravada por características de gênero, raça e classe. Ressaltam que nem todas as mulheres sofrem do mesmo modo com o patriarcado – assim como nem todas as pessoas negras experimentam o racismo da mesma forma e com a mesma intensidade. A partir da interseccionalidade, entendemos que determinadas características são indissociáveis e influenciam as relações de poder, restringindo acesso aos espaços decisórios para alguns grupos e facilitando para outros.

Assim como estes estudos, outras pesquisas na área da Ciência Política vêm apontando os caminhos para superar a desigualdade política de gênero e raça. É a esse esforço de pensar soluções que este trabalho se alinha. Além desta Introdução, o artigo está dividido em mais quatro seções. Na sequência, abordaremos o protagonismo dos partidos políticos e seu papel de mediador nos regimes democráticos. No terceiro tópico, trataremos da ideologia partidária e sua influência para potencializar ou obstacularizar candidaturas de pretas e pardas. Na quarta seção, realizaremos a análise dos dados empíricos em torno da taxa de sucesso das mulheres negras que se lançam em uma disputa para o Legislativo. Ao final, na última seção, são apresentadas algumas conclusões.

2 O PROTAGONISMO DOS PARTIDOS NO PAPEL DE MEDIADORES NOS SISTEMAS REPRESENTATIVOS

Em que pese estudos apontarem para a perda da capacidade dos partidos políticos em atrair e representar a população (Wolinetz, 2002; Katz; Mair, 1994; Manin, 2018), eles seguem desempenhando funções importantes no regime democrático. São atores políticos fundamentais durante as campanhas eleitorais e para o exercício dos mandatos, além de serem o canal que viabiliza o processo de escolha dos representantes. No caso brasileiro, os partidos políticos adquirem especial protagonismo no jogo eleitoral, já que a legislação não permite

candidatura avulsa e ainda exige tempo mínimo de filiação partidária (TSE, 2024).

Estudos clássicos, como de Duverger (1979) e de Kirchheimer (1972), destacam que partidos de massa tiveram papel de integração dos grupos excluídos ao sistema político, quebrando o monopólio das elites no Estado. Duverger (1979) identificou uma forte associação entre grupos sociais e partidos, sendo esses últimos capazes de representar os trabalhadores e outras pessoas oriundas das camadas populares, promovendo sua ascensão às esferas de poder.

Diferentemente do que aponta essa literatura, no Brasil, cabe recordar, que a formação histórica dos partidos remete a um vínculo direto ao Estado e não aos movimentos sociais (Souza, 1976). Essa origem reflete no baixo envolvimento popular de algumas de nossas agremiações, bem como na sua fluidez programática e frequente necessidade de reorganização. Mesmo que essa seja uma marca distintiva do sistema partidário brasileiro, devemos evitar generalizações e casos excepcionais são observados, como aponta estudo de Meneguello *et al.* (2012), que identificam o esforço de alguns partidos em se aproximar da sociedade e de alguns grupos minoritários. Afirmam que algumas agremiações possuem estruturas internas voltadas a defender interesses de segmentos específicos, a exemplo de negros, mulheres e LGBTQIAplus, assim como dialogam com grupos da sociedade civil. Legendas como PT, PSB, PDT, PCdoB, PSOL, PMDB, PSDB, DEM e PP mantêm Secretarias de Mulheres ou Setoriais Afro.

Todavia, embora existam esses espaços dentro das agremiações partidárias, as mulheres, em geral, e as negras, em particular, ainda encontram muitos obstáculos para se inserirem na esfera da política institucional. Foge aos propósitos deste trabalho apontar as causas da sub-representação política feminina no Brasil, mas vale lembrar que ela é multicausal, envolvendo fatores institucionais e extrainstitucionais (Araújo, 2005; 2009; Miguel; Biroli, 2010; Moritz; Schulz, 2013; Moritz, 2019).

Quanto ao acesso dos grupos minoritários às instâncias representativas, Araújo (2005; 2009) lista três características partidárias que podem influenciar nesse processo de inclusão: alto nível de fragmentação, personalismo e debilidade no grau de nacionalização. A pesquisadora alerta que, por um lado, a existência de muitos partidos pode abrir espaço para as mulheres se candidatarem; por outro, pode dificultar a efetiva eleição delas. Já o personalismo abrange práticas clientelistas, que tendem a tornar *outsiders* dependentes da

boa vontade de líderes partidários, estimulando a troca de favores e atitudes pouco ou nada transparentes. Em terceiro lugar, a distância entre os objetivos descritos no plano nacional e os interesses locais dificultam a implantação de políticas inclusivas mais sistemáticas.

É frequente o argumento de que as mulheres em geral, e as mulheres negras, em particular, não estão interessadas em participar da vida pública (Meneguello *et al.*, 2012). Entretanto essa justificativa não procede e já foi desconstruída por autores como Rodrigues e Freitas (2021) e Pinto (2003), que, nas suas investigações, constataram um efetivo envolvimento desse grupo em ações coletivas que datam de, pelo menos, um século. Liderando lutas dos movimentos feminista e antirracista, tais mulheres demonstraram não apenas interesse, mas capacidade de ocupar espaços deliberativos.

Como fica evidenciado pela literatura, o papel das agremiações é central para promover grupos que estão excluídos das esferas de poder, e ainda que haja apontamentos quanto à individualização das disputas no sistema de lista aberta, em que grande responsabilidade pela conquista de votos fica sobre candidatos, Sacchet (2020, p. 75) enfatiza que

[...] isso não significa que os candidatos estarão completamente sós nesse processo, competindo uns contra os outros na batalha por recursos de campanha e votos. Há evidências contundentes de que os partidos tendem a dedicar mais apoio político, maiores fatias de recursos financeiros e mais tempo de exposição na propaganda eleitoral a homens (brancos) que a mulheres candidatas.

Entre membros de partidos de direita, Meneguello *et al.* (2012) notaram a atribuição de responsabilidade às próprias mulheres que, segundo os depoimentos coletados, deveriam se conscientizar mais e se candidatar mais. Há, inclusive, homens e mulheres se declarando contra as cotas eleitorais. No entanto, a maioria das entrevistadas afirmou ter enfrentado preconceito e isolamento dentro das agremiações partidárias. Da mesma forma, não se pode atribuir exclusivamente às candidatas a responsabilidade pela ausência feminina e negra nos parlamentos, assim como também não se pode responsabilizar o eleitorado por essa ausência. Campos (2015, p. 690-691) salienta que “se pretos e pardos enfrentam dificuldades de se lançarem candidatos porque as legendas estão fechadas para eles, sua sub-representação política não pode ser atribuída à decisão dos eleitores”.

Merlo (2018, p. 10) entrevistou vereadoras de São Paulo e constatou que o partido político e suas lideranças [...] aparecem de forma decisiva no momento da decisão da candidatura e no suporte ao longo da campanha eleitoral, especialmente por darem legitimidade e o acesso às redes de contato com outras figuras políticas já bem estabelecidas.

Nessa mesma direção, autores como Moreira e Barberia (2016) e Pereira (2019) também ressaltam a responsabilidade das siglas partidárias.

Em uma pesquisa pioneira com partidos britânicos, Norris e Lovenduski (1993) observam a presença de selecionadores internos que costumam embasar suas escolhas não em habilidades individuais de possíveis candidatas e candidatos, mas nas características coletivas percebidas no grupo ao qual pertencem essas pessoas. “Indivíduos são julgados a partir das características do seu grupo” (Norris; Lovenduski, 1993, p. 378, tradução nossa). Além disso, ativistas partidários avaliam as expectativas do eleitorado em relação à formação do Parlamento, supondo e mensurando, por exemplo, locais onde as mulheres não costumam ser eleitas. Merlo (2018) cita essa e outras pesquisas para confirmar o argumento de que dirigentes partidários prestam muita atenção à dinâmica de oferta e procura no momento de selecionar candidaturas, buscando lançar perfis adequados à expectativa do eleitorado.

Conforme Araújo (2005, p. 202),

no primeiro momento, a construção de bases eleitorais que permitam às mulheres candidatarem-se constitui o principal obstáculo e, em um segundo momento, o obstáculo para torná-las elegíveis é a construção de uma estrutura de campanha que, salvo exceções, depende também dos partidos.

Sacchet (2011, p. 160) toma como base a literatura feminista e neoinstitucional para explicar que os partidos são atores-chave, atuando como *gatekeepers*, porteiros da carreira política formal, autorizando ou impedindo a entrada das pessoas. Para a pesquisadora, o processo eleitoral é composto de três fases:

- a) fase de prospecção à candidatura, na qual futuros candidatos se apresentam, ou são convidados por lideranças partidárias para concorrer a um cargo público;
- b) fase de seleção das candidaturas, em que os candidatos são nomeados, e as candidaturas são homologadas pelos partidos para compor suas listas eleitorais, através de convenções partidárias ou de eleições primárias;
- c) fase da competição eleitoral, quando os candidatos disputam o voto dos eleitores.

Convergindo com os resultados da pesquisa de Merlo (2018), Sacchet (2011, p. 166) afirma:

mesmo que a disposição e o interesse das mulheres, na disputa por cargos públicos, não sejam iguais aos dos homens, o empenho consciente dos partidos para recrutar mulheres e seu apoio efetivo às candidaturas femininas poderiam favorecer uma mudança nesse quadro.

Duas outras assimetrias nas campanhas de mulheres e negros foram identificadas por diferentes estudiosas (Amora, 2008; Barbieri; Ramos, 2019): a distribuição do tempo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e o repasse da verba pública para as campanhas. São ambos quesitos importantes, mas que fogem aos propósitos deste trabalho e por isso não serão aqui abordados.

De acordo com Araújo (2009), as decisões relacionadas à disputa eleitoral são complexas e não envolvem apenas a variável gênero ou a atitude deliberada de afastar mulheres das instâncias decisórias. Trata-se, no entender da pesquisadora, mais de uma prática inercial do que intencional. Ela alerta que não subestima preconceitos, nem sugere ingenuidade dos atores políticos masculinos, porém reflete se os obstáculos a grupos minoritários seriam mesmo consequência de um “fazer” ou de um “não fazer”. “É nesse sentido que parece mais apropriado se falar de uma prática *gender blind* do que categoricamente de uma “discriminação” ou “resistência”, afirma Araújo (2009, p. 28, grifo da autora). Vale acrescentar que, independentemente de demonstrarem intenções explícitas, essas atitudes advêm das relações de poder existentes na sociedade – que deveriam ser entendidas e combatidas de modo proposital.

3 IDEOLOGIA PARTIDÁRIA E PORTAS ENTREABERTAS

Mesmo reconhecendo a dificuldade em enquadrar ideologicamente os partidos políticos brasileiros e a falta de consenso em relação à tradicional classificação esquerda, centro e direita, optamos por manter esta divisão e adotamos a categorização² proposta por Codato, Berlatto, Bolognesi (2018). Ela foi atua-

² **Partidos de centro:** PHS, PMDB (MDB, a partir de 2017), PMN, PPS (Cidadania, a partir de 2019), Pros, PSDB, PV e Rede. **Partidos de direita:** DEM (União Brasil, a partir de 2021), PEN (Patriota, a partir de 2018), PL, PP, PR, PRB (Republicanos, a partir de 2019), PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC (Democracia Cristã, a partir de 2018), PSL

lizada³ por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) a partir de um levantamento realizado com 519 cientistas políticos.

Estudos sugerem ser mais comuns aproximações entre movimentos sociais e agremiações de esquerda (Araújo, 2005; Scapini; Cegatti; Rita, 2019). Rodrigues (2009) e Marengo e Serna (2007) assinalam as diferenças nas composições de base dos partidos de direita e esquerda, demonstrando a preferência dos primeiros por filiar empresários urbanos e rurais, com mais independência financeira; e dos segundos, por filiar e investir nas candidaturas de trabalhadores da classe média e líderes vinculados a movimentos sociais.

Para Marengo e Serna (2007, p. 98),

partidos ideológicos de esquerda utilizam muito mais recursos coletivos e de identidade para constituir bases sociais, ao passo que os partidos conservadores se baseiam sobretudo nos capitais e nos recursos individuais de dirigentes políticos.

Meneguello *et al.* (2012) identificam que o início da trajetória política em partidos de direita é motivado, na maioria das vezes, pelos vínculos familiares, enquanto que, na esquerda, esse começo é marcado pela militância em movimentos sociais. Não é à toa que, “No que diz respeito à dimensão ideológica, a literatura indica que o engajamento político das mulheres tem sido bem mais estimulado e, de certa forma, condicionado, pelos partidos de esquerda” (Araújo, 2005, p. 199). Mas a autora percebe que outras vertentes ideológicas têm aberto espaço para candidatas, principalmente a partir de 1995, quando a Lei 9.100 passou a exigir a reserva mínima de 20% das vagas na lista partidária para as mulheres.

Por um lado, a crescente organização das mulheres tende a exercer pressão no sentido de que suas demandas sejam apoiadas pelas direções partidárias. Por outro, a descoberta de que as mulheres são uma força eleitoral decisiva e, portanto, suas demandas não podem ser desprezadas, conduz os partidos a

(União Brasil, a partir de 2021), PTB, PTdoB (Avante, a partir de 2017), PTC (Agir, a partir de 2022), PTN (Podemos, a partir de 2017) e SD. **Partidos de esquerda:** PCdoB, PDT, PPL, PSB, PSOL e PT.

³ Ampliaram a escala para sete categorias e alteraram o posicionamento de alguns partidos (PSDB, por exemplo, foi considerado de centro na primeira publicação e de direita na segunda; MDB foi de centro para centro direita). Como não interessa, nesta pesquisa, aprofundar as discussões sobre critérios classificatórios, a opção foi utilizar a primeira categorização e apenas considerar os partidos acrescentados na segunda.

assumir algum nível de compromisso público em relação ao problema da sua inserção nas esferas de poder. (Araújo, 2005, p. 199).

Merlo (2018) cita estudos que comprovam, no Brasil e em outros países, a preferência de mulheres por partidos de esquerda no momento da filiação. Além de serem mais receptivos à filiação e à candidatura feminina, dados comparados das eleições de 2002 e de 2006 demonstram que os partidos de esquerda “tendem a eleger um percentual maior de mulheres” (Alves; Araújo, 2009, p. 12). Moreira e Barberia (2016) acrescentam que o tamanho do partido importa e os grandes de centro e direita historicamente somam candidatas vitoriosas.

A respeito das candidaturas negras, Chaves e Mancuso (2020), Tabares, Conceição e Marques (2021) e Firpo *et al.* (2022) identificaram a sobrerrepresentação à esquerda e a sub-representação à direita. Campos (2015), porém, levanta a suspeita quanto ao maior espaço para candidaturas não brancas na esquerda e chama a atenção para a sobrerrepresentação delas nos partidos de centro, bem como na forte presença delas nos partidos pequenos de direita⁴.

Acrescenta-se que, apesar de serem, ao longo da história, os que mais promovem o engajamento político feminino, os partidos de esquerda não são, necessariamente, os que distribuem recursos de modo mais igualitário e elegem mais mulheres (Miguel; Queiroz, 2006; Moritz, 2019; Meneguello *et al.*, 2012; Sacchet, 2020). Também há relatos de candidaturas de mulheres e negros, lançadas pelas agremiações, mas que não defendem pautas consideradas importantes para os coletivos feministas e antirracistas (Meneguello *et al.*, 2012). Essas situações exemplificam o tensionamento entre partidos e movimentos sociais (Pinto, 1994), que ora convergem nos seus interesses, ora prosseguem na disputa.

No que diz respeito ao compromisso das siglas em promover a ampliação da representação feminina nos assentos parlamentares, Sacchet (2011, p. 182) segue propondo que “os partidos selecionam poucas mulheres e, das selecionadas, poucas têm sucesso eleitoralmente. [...] não há diferenças evidentes por

⁴ Em relação ao tamanho da agremiação, Campos (2015) faz a seguinte a classificação: **partidos grandes** (PMDB, PT, DEM e PSDB), **partidos médios** (PDT, PTB, PP, PR, PSB, PPS, PCdoB, PV, PRB e PSD) e **partidos pequenos** (PRP, PMN, PSOL, PSL, PSC, PTC, PTdoB, PSDC, PHS, PTN, PRTB, PCB, PPL, PSTU e PCO).

linha ideológica dos partidos no que se refere ao compromisso com a promoção política das mulheres”. Em pesquisa mais recente, enfocando a eleição de 2018 para a Câmara dos Deputados, o autor problematiza: “A seleção de mais mulheres pode não representar verdadeira intenção dos partidos em elegê-las” (Sacchet, 2020, p. 80).

Mesma desconfiança, mas com olhar a partir da racialidade, tiveram Firpo *et al.* (2022) ao analisarem o resultado eleitoral de 2014 e de 2018 para os cargos de deputado federal e estadual. Apesar de os partidos de esquerda terem lançado, proporcionalmente, mais candidaturas negras do que as legendas de direita, tiveram um percentual de eleitos similar. Nos dois campos ideológicos, o resultado foi de sub-representação de pessoas negras. Conforme Firpo *et al.* (2022, p. 16),

embora partidos de esquerda e centro apresentem um certo equilíbrio racial em suas candidaturas [...], eles não são capazes de eleger deputados negros no mesmo nível que apresentam candidaturas. [...] Embora a direita apresente proporcionalmente menos candidatos negros, ela os elege com maior sucesso.

Na avaliação de Firpo *et al.* (2022), as legendas de direita demonstram mais eficiência na seleção de nomes lançados do que as siglas de centro ou de esquerda. A probabilidade de vitória é maior para candidaturas masculinas e brancas do que para femininas e negras nos três grupos ideológicos. A diferença é a estratégia eleitoral adotada por esses campos. “Partidos de direita lançam menos candidatos, mas mais competitivos. Já a esquerda e centro lançam muitos, mas elegem poucos” (Firpo *et al.*, 2022, p. 58).

Além da distinção do sucesso eleitoral a partir do posicionamento ideológico dos partidos, é válido considerar que a variável tamanho da agremiação tem impacto sobre o êxito das candidaturas. Por exemplo, legendas menores abrem mais espaço para as “minorias políticas”, apresentando grande número de candidaturas de mulheres e de pessoas negras. Porém isso não significa chance efetiva de vitória e nem maior inclusão nos espaços decisórios (Alves; Araújo, 2009; Campos; Machado, 2015).

Campos (2015, p. 709) lança uma hipótese explicativa: “as listas dos partidos menores tendem a refletir de modo mais próximo a oferta demográfica de lideranças dispostas a se candidatar”. Para Campos e Machado (2017, p. 137),

as pequenas agremiações “tendem a adotar uma tática de seleção de candidaturas menos restrita, ou seja, um padrão de recrutamento chamado pela literatura internacional de *catch-all*”. Araújo (2005, p. 197) também entende que partidos maiores estejam mais fechados para novos perfis.

Considerando as eleições para deputado federal e estadual em 2014 e 2018, Firpo *et al.* (2022) identificam maior equilíbrio racial nas candidaturas lançadas pelos partidos pequenos em comparação com os grandes. Essa diferença permanece quando os pesquisadores constatarem apenas parlamentares eleitos. Comparativamente com as grandes agremiações, as pequenas elegeram, proporcionalmente, mais negros tanto em 2014 quanto em 2018.

O dilema é que são as grandes siglas que elegem mais parlamentares, contribuindo, assim, para a manutenção de um Legislativo composto majoritariamente por homens brancos. Em comparação com os pequenos e médios, partidos grandes financiam mais suas candidaturas (Mancuso; Chaves, 2021). Esse duplo movimento – de lançar mais candidatos brancos e de destinar mais recursos para esses concorrentes – prejudica de modo específico mulheres pretas e pardas, que se concentram em agremiações eleitoralmente mais fracas (Campos; Machado, 2020).

Em contrapartida, devido às regras do sistema proporcional, homens brancos sobrefinanciados podem se tornar “puxadores de votos” e contribuir, indiretamente, para eleger mulheres negras subfinanciadas. Por esse motivo, é necessário considerar nas análises sobre o tema tanto o posicionamento ideológico quanto o tamanho da agremiação. Essas características são levadas em conta na observação dos dados apresentados e discutidos na sequência.

4 ENTRADA PELA ESQUERDA: ONDE AS NEGRAS TÊM MAIS CHANCES DE SUCESSO ELEITORAL

Na análise dos resultados eleitorais de 2014, 2018 e 2022, é considerada a quantidade total de pretas e pardas que concorreram aos cargos de deputada (estadual, distrital e federal) e senadora em cada agremiação. A exemplo de trabalhos recentes (Miguel; Queiroz, 2006; Sacchet, 2020; Junqueira; Cal;

Cardoso, 2021; Firpo *et al.*, 2022), interessa verificar não apenas quantas candidatas cada partido apresentou, mas quantas conseguiu eleger. Por esse motivo, utilizamos a taxa de sucesso eleitoral, que corresponde à proporção de vitoriosas sobre o total de concorrentes.

Devemos salientar que nos pleitos de 2014, 2018 e 2022, respectivamente, foram eleitas, no total, 1.599, 1.626 e 1.599 candidatas/as para os Legislativos (estadual, distrital e federal). Dessas, apenas 47 (3%), 65 (4%) e 103 (6%) autodeclararam-se mulheres pretas ou pardas. Tal diferença sinaliza a sub-representação das negras nesses espaços decisórios, como já afirmado anteriormente. Embora o número de deputadas tenha dobrado entre 2014 e 2022, tal aumento fica bastante aquém de refletir sua presença de quase 30% na população brasileira⁵ e de significar diversidade diante da hegemonia masculina e branca.

Antes de passar à análise do desempenho de cada partido separadamente, convém olhar para os dados agrupados por cada campo ideológico. Na Tabela 1, são apresentados o total de candidatas (TC), o total de eleitas (TE), a taxa de sucesso eleitoral (TS) e a presença no Parlamento (PP), que corresponde ao percentual de mulheres negras que cada grupo ideológico conseguiu eleger nos três pleitos. Para fins de comparação, são indicados os índices gerais de cada ano.

TABELA 1 Negras eleitas x Grupo ideológico x Eleição (2014, 2018 e 2022)

Grupo	2014				2018				2022			
	T.C.	T.E.	T.S.	P.P.	T.C.	T.E.	T.S.	P.P.	T.C.	T.E.	T.S.	P.P.
Esque.	1.034	24	2,3%	51,1%	1.032	24	2,3%	37 %	1.014	46	4,3%	44,7%
Direita	1.830	11	0,6%	23,4%	2.169	27	1,2%	41,5%	2.963	43	1,4%	41,7%
Centro	760	12	1,6%	25,5%	1.010	14	1,4%	21,5%	1.024	14	1,3%	13,6%
Total	3.624	47	1,3%	2,9%	4.211	65	1,5%	4 %	5.001	103	2 %	6,4%

T.C.: Total de candidatas T.E.: Total de Eleitas
T.S.: Taxa de Sucesso P.P.: Presença no Parlamento

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE.

Primeiramente, percebe-se que, nas três disputas, as chances de mulheres negras conquistarem o mandato são muito baixas: em média, o maior índice

⁵ Informações disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9606#resultado>> Acesso em: 13 abr. 2024.

(2%) é atingido em 2022, quando, a cada cem concorrentes, duas são eleitas. Ressaltamos que, em todos os pleitos, no bloco da esquerda, a taxa de sucesso corresponde ao dobro da média geral. Com exceção do ano de 2018, é no campo da esquerda que se encontram a maioria das pretas e pardas eleitas – em 2014, esse percentual foi de 51,1%. Entretanto, na disputa marcada pela escalada da extrema-direita, o grupo da direita tem um crescimento vertiginoso: sai de 23,4% das eleitas em 2014, duplicando em 2018 (41,5%), avanço mantido com o resultado de 2022.

A fim de ilustrar como diferentes partidos contribuem para ampliar ou diminuir essa participação, na Tabela 2 listamos o número de eleitas em cada agremiação. As cores de referência de cada grupo ideológico são: vermelho (esquerda), verde (centro) e azul (direita).

TABELA 2A Negras eleitas x Partido x Eleição (2014, 2018 e 2022)

2014		2018		2022	
Partido	Número de Eleitas	Partido	Número de Eleitas	Partido	Número de Eleitas
PT	10	PSOL	9	PT	20
PCdoB	7	PCdoB	5	PSOL	10
PSDB	5	PSB	5	União	10
PRB	4	MDB	4	MDB	7
PDT	3	PSD	4	PCdoB	7
PSB	3	PSL	4	PL	7
PMDB	2	Pode	3	PP	6
PMN	2	PR	3	PSB	6
Pros	2	PSDB	3	Republicanos	6
DEM	1	PT	3	PDT	3
PHS	1	PDT	2	Pode	3
PPL	1	PP	2	PSD	3
PR	1	PPS	2	PV	3
PSC	1	PRB	2	Agir	2
PSL	1	PTB	2	Avante	2
PTB	1	Rede	2	Cidadania	2
PTdoB	1	Solidariedade	2	Rede	2
SD	1	Avante	1	Solidariedade	2
		DEM	1	Patriota	1
		PMN	1	PSC	1
		Pros	1		

TABELA 2B Negras eleitas x Partido x Eleição (2014, 2018 e 2022)

2014		2018		2022	
Partido	Número de Eleitas	Partido	Número de Eleitas	Partido	Número de Eleitas
		PRP	1		
		PRTB	1		
		PTC	1		
		PV	1		
Total:	47	Total:	65	Total:	103
 esquerda		 centro		 direita	

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE.

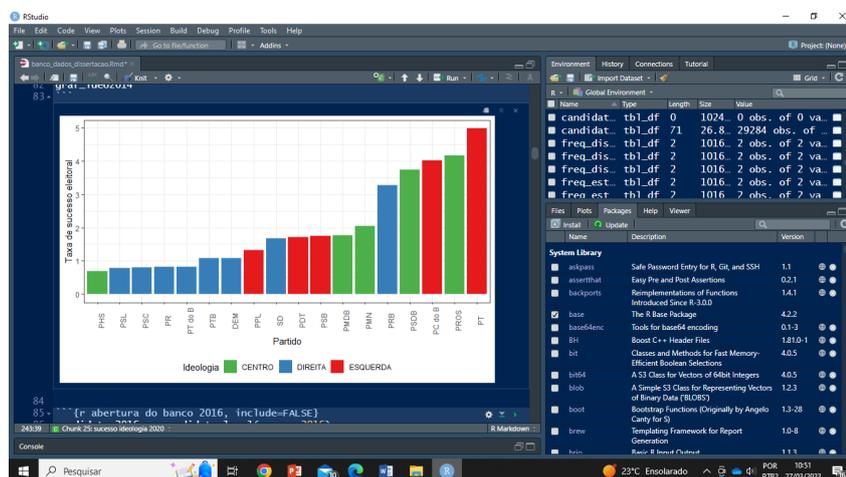
Nos três pleitos em análise, 215 cadeiras foram conquistadas pelas candidatas negras e a esquerda foi o grupo ideológico que mais elegeu mulheres pretas e pardas. Foram 94 vagas obtidas pelos partidos de esquerda, 81 pelas legendas de direita e 40 pelo centro. Em 2014, a soma das eleitas na direita (11) e no centro (12) não chegou ao total das vitoriosas vinculadas à esquerda (24). Apenas em 2018, a direita (27) elegeu mais do que a esquerda (24), mesmo assim não foi uma diferença significativa⁶. Esse desempenho da direita coincide com a ascensão à Presidência da República de Jair Bolsonaro.

É válido lembrar que, com exceção do Senado, as disputas para o Legislativo seguem as regras do sistema proporcional, possibilitando que os chamados “puxadores de votos” ajudem a eleger concorrentes com menos apoio nas urnas. Portanto o fato de os partidos de direita terem somado mais parlamentares em 2018 não significa que estejam efetivamente comprometidos com o aumento da representação das mulheres em geral e das mulheres negras em particular. A explicação mais provável é que o conjunto das candidaturas obteve votação suficiente para conquistar mais vagas para a legenda e os mais votados garantiram seu próprio mandato e transferiram votos para as colegas menos

⁶ Além disso, cabe observar que o número de partidos brasileiros à direita é maior, e isso ajuda a explicar o quantitativo de vitórias mais alto. Em 2014, foram oito de direita, cinco de centro e cinco de esquerda que elegeram, ao menos, uma parlamentar negra. No pleito seguinte, a direita passa a reunir 13 siglas com negras eleitas, o centro sete e a esquerda permanece com cinco também em 2022, quando a direita perde dois partidos e o centro um.

votadas. No Gráfico 1, a seguir apresentado, é possível visualizar a taxa de sucesso eleitoral em cada agremiação e grupo ideológico.

GRÁFICO 1 Sucesso eleitoral de candidatas negras x partido x grupo ideológico – 2014



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na eleição de 2014, os cinco partidos que mais lançaram candidaturas negras são do campo da esquerda⁷, confirmando a tendência de agremiações deste bloco ideológico proporcionarem mais espaço para grupos minoritários. Quando observamos no Gráfico 1 a taxa de sucesso das candidatas negras, os partidos de esquerda mantêm seu destaque, mas esse bloco não está mais sozinho. Entre os cinco partidos com as maiores proporções de eleitas, dois são do centro, PROS (das 46 candidaturas lançadas, conseguiu duas vitórias) e PSDB (elegeu cinco das 129 concorrentes). Mesmo assim, no geral, as taxas de sucesso são muito baixas; não passam de 5%. Nossos dados convergem com a literatura citada anteriormente, que ressalta o compromisso da esquerda com a inclusão política das “minorias” e a efetividade da oportunidade eleitoral obtida pelo centro e pela direita.

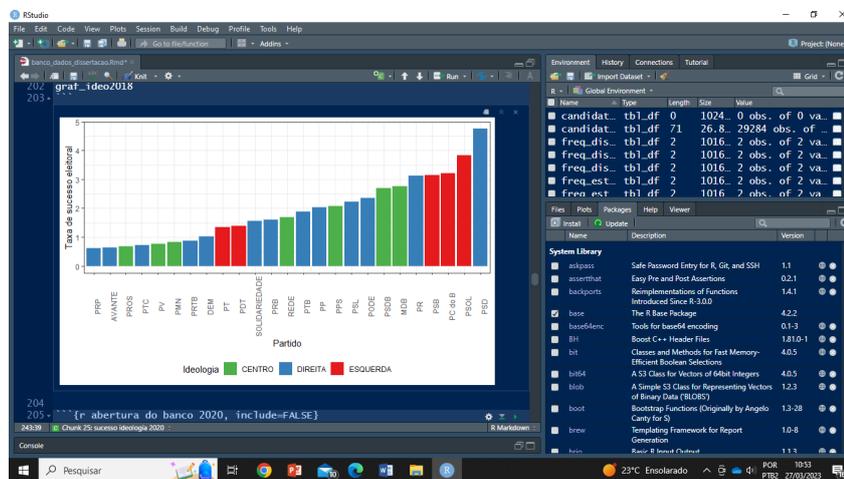
Em 2018, 65 parlamentares pretas e pardas foram eleitas⁸. A taxa de sucesso (média) permanece quase a mesma, passando de 1,3% em 2014 para 1,5% em 2018, significando que, a cada cem negras que concorreram, menos

⁷ PT (191), PSOL (187), PDT (173), PSB (169) e PCdoB (167)

⁸ 17 novas deputadas e uma senadora estreante ampliaram o quantitativo de negras eleitas no Legislativo.

de duas conquistaram mandato. Entre os partidos do centro, apenas o MDB e o PSDB apresentaram taxa acima de 2,5% em 2018. Na esquerda, PSOL, PCdoB e PSB atingiram porcentagem superior a 3% – os três partidos juntos elegeram 19 mulheres negras em 2018. O único partido que ultrapassou os 4% foi o PSD, que conseguiu eleger quatro deputadas negras (em 80 concorrentes). Em função do desempenho do PSD e de outras 12 legendas da direita, que elegeram, ao menos, uma parlamentar negra, esse campo ideológico foi melhor na disputa eleitoral de 2018, conforme apresentado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 Sucesso eleitoral de candidatas negras x partido x grupo ideológico – 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

Mesmo sem ter elegido parlamentares negras em 2014, o PSOL desponta e ocupa o primeiro lugar com nove vitoriosas em 2018 – ano, aliás, em que teve sua vereadora negra, Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro. É razoável supor que a comoção causada pela violência política, combinada com a militância do partido e da família de Marielle para fortalecer candidaturas de mulheres pretas e pardas⁹, tenham contribuído para esse resultado eleitoral significativo do partido.

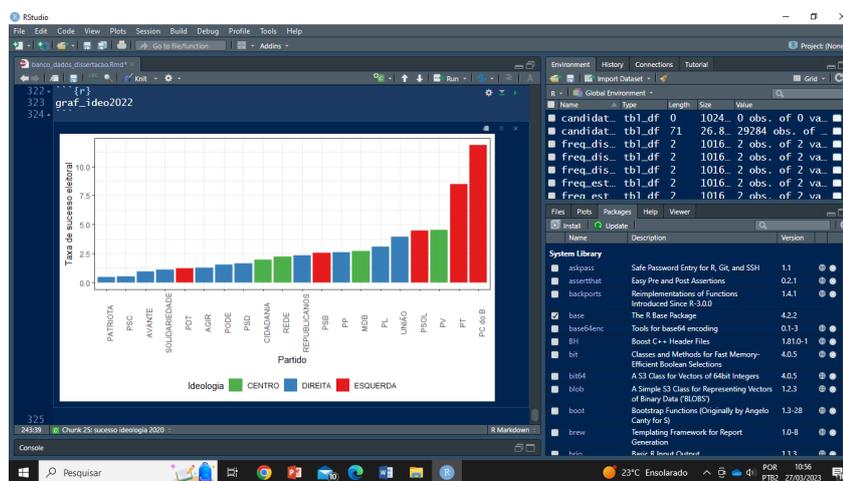
Assim como o PSOL, outro partido que melhorou sua capacidade de eleger negras foi o PSB, cuja taxa não havia passado de 2% em 2014 e foi além dos 3%

⁹ Por meio do Instituto Marielle Franco, foi desenvolvido o projeto Sementes de Marielle com a finalidade de fortalecer candidaturas comprometidas com a defesa dos direitos humanos e outras demandas listadas na Agenda Marielle Franco (Instituto Marielle Franco, 2024).

quatro anos depois. Já o PT, que havia demonstrado o maior potencial eletivo de 2014 (elegendo dez das 191 concorrentes), ficou abaixo dos 2% em 2018. O resultado eleitoral mais positivo (2014) coincide com o pleito em que o Partido dos Trabalhadores venceu a disputa para a Presidência da República¹⁰. Já o desempenho do partido em 2018 reflete a campanha do antipetismo, insuflada pelo golpe do *impeachment* da presidenta, os discursos de ódio e a disseminação de notícias falsas em alta frequência.

Em 2022, é possível notar que o PT recupera seu espaço, elegendo o dobro de mulheres negras, comparativamente ao ano de 2014, além de ter reconquistado o cargo de presidente da República ao eleger, pela terceira vez, Lula da Silva. Outro partido de esquerda que obteve resultados importantes no aumento da bancada de mulheres negras nos parlamentos foi o PSOL. Das 213 candidatas que se lançaram para vagas no Legislativo, dez foram eleitas – uma taxa de 4,7%, conforme dados do Gráfico 3.

GRÁFICO 3 Sucesso eleitoral de candidatas negras x partido x grupo ideológico – 2022



Fonte: Elaborado pelos autores.

De 2014 a 2022, as chances de sucesso eleitoral das mulheres negras passaram de 1,3% para 2%. Esse aumento que, reforçando, ainda se refere a índices

¹⁰ 2014 reeleição da Presidenta Dilma.

baixíssimos¹¹, pode ter sido resultado de uma combinação de dois fatores. Paralelamente ao trabalho de conscientização promovido por coletivos feministas e antirracistas junto ao eleitorado, o TSE determinou o repasse de 30% das verbas públicas para mulheres e a destinação proporcional para candidaturas negras¹².

No caso específico do PCdoB, destaque com taxa de 11,9%, presidido por uma mulher negra¹³, as deliberações de dirigentes partidários possivelmente favoreceram o lançamento de candidaturas e a eleição de pretas e pardas para os parlamentos. A agremiação foi considerada por Sacchet (2020) entre as mais responsivas, com a inclusão efetiva de mulheres na política institucional. Vale lembrar que, nos pleitos anteriores, o PCdoB havia lançado mais concorrentes (167 em 2014 e 151 em 2018). Em 2022, optou pela estratégia eleitoral de lançar menos candidatas (52), o que possibilitou maior concentração de recursos, aumentando as chances de vitória das que disputaram as vagas.

No bloco ideológico do centro, o partido que mais elegeu deputadas negras foi o MDB, embora o PV tenha apresentado o maior índice de sucesso (4,5%). À direita, União Brasil e PL, pelo qual Jair Bolsonaro concorreu à reeleição, somaram, respectivamente, dez e sete candidatas eleitas. No caso desses dois grupos ideológicos, nota-se que o tamanho da agremiação foi o diferencial positivo e que determinou os melhores desempenhos em relação às mulheres pretas e pardas, já que MDB, União e PL formam as maiores bancadas partidárias, ocupando a maioria das vagas no Congresso Nacional.

Também vale lembrar que a eleição para os cargos de deputados estadual e federal, por se tratar do sistema proporcional, o tamanho da agremiação e o seu investimento nos “puxadores de votos” tendem a favorecer concorrentes sem votação expressiva. Não obstante ofereçam mais restrições para o lançamento das candidaturas de grupos minoritários (Alves; Araújo, 2009; Campos; Machado, 2017), partidos grandes costumam eleger mais representantes e, devido

¹¹ Para fins de comparação, a cada cem homens brancos que concorreram a deputado e senador, mais de dez foram eleitos em 2022. Na disputa pelos mesmos cargos legislativos, homens negros apresentaram taxa de 4,67% e mulheres brancas, de 4,21%.

¹² Em 2018, respondendo à consulta de um grupo formado por 14 parlamentares, o TSE determinou o repasse mínimo de 30% do FEFC para as concorrentes mulheres. Em 2020, motivado pela manifestação da deputada Benedita da Silva, o Tribunal decidiu que a distribuição do FEFC também deveria ser proporcional às candidaturas negras (TSE, 2018, 2020). No pleito de 2022, vigoravam essas duas decisões.

¹³ Luciana Santos, reeleita para o cargo em 2021.

a essa possibilidade de conquistar o mandato por meio do quociente partidário, podem contribuir, involuntariamente, para a inserção de mulheres negras no Legislativo, sem desmerecer o esforço individual empenhado por essas candidatas na corrida eleitoral.

De modo geral, para as mulheres negras, as chances de vitória eleitoral são maiores nos pleitos municipais (4% em 2016). Isso porque, no plano local, a disputa é menos assimétrica se comparada com o que ocorre no âmbito estadual, distrital e federal, e, além disso, “a vereança é a porta de entrada das mulheres para o campo da representação” (Moritz, 2019, p. 45).

Nas três eleições analisadas, uma das agremiações que se destaca com as maiores chances de vitória para mulheres negras é o MDB (de centro). Como já mencionado pela literatura, o MDB é um partido grande, em que o desempenho eleitoral feminino se equipara ao masculino (Alves; Araújo, 2009), apesar de ter em seu histórico menos investimento nas campanhas de mulheres (Sacchet, 2011). Além disso, Campos e Machado (2020) mensuram que, em média, 70% das nominatas do MDB são compostas por candidaturas brancas – e, nesse percentual, é acompanhado por PSDB, DEM e PT, que também apresentam as taxas mais altas de sucesso de mulheres negras.

Mesmo parecendo paradoxal, tal constatação apenas reitera a importância de observar não apenas a quantidade de candidaturas e mandatos conquistados, mas a relação entre esses números, pois a inclusão de grupos minoritários só pode ser efetivada mediante o lançamento de concorrentes viáveis eleitoralmente. Em outros termos, pouco ou nada adianta listar na nominata do partido muitas pardas e pretas como candidatas se elas têm chances remotas de serem eleitas.

Cabe dizer que o PCdoB e o PSDB foram considerados por Sacchet (2020) entre os mais responsivos com a inclusão efetiva de mulheres na política institucional. Talvez isso ajude a explicar o desempenho um pouco melhor de ambos em diferentes eleições. Outras referências que contribuem para a compreensão dos resultados aqui apresentados são: o PRB já foi o partido que mais lançou candidaturas não brancas em São Paulo (Campos, 2015); em dois pleitos no âmbito federal, o PSB foi o partido de esquerda que mais elegeu mulheres (Alves; Araújo, 2009); não foi uma surpresa verificar que o PT, sendo um grande partido de esquerda, fortemente envolvido, desde sua origem, com movimentos sociais (Alves; Araújo, 2009) e tendo ocupado o cargo máximo do

Executivo por mais de uma década, apresentou, em 2014, a mais alta chance de sucesso para mulheres negras e manteve elevados índices em outros anos.

Tendo como foco as maiores taxas de sucesso nas três eleições aqui analisadas, identificamos o PT como a sigla com o melhor desempenho nas disputas eleitorais, exceto no ano de 2018, pleito marcado pelo antipetismo. Nesse ano, em virtude das mobilizações por causa do assassinato da vereadora Marielle Franco, o PSOL ganha destaque. Também à esquerda, o PCdoB sai bem na disputa regional/federal.

Tomando como referência os três pleitos selecionados para análise, o PCdoB é um caso instigante, pois atinge alto índice de eleição de mulheres negras. Não é classificado como um partido grande e nem possui forte capilaridade eleitoral nacional. Tem sua origem vinculada ao marxismo e seu foco é na luta de classes e na igualdade material (Alves, 2018), e menos no feminismo e na luta antirracista, bandeiras empunhadas mais recentemente e assumidas em seu estatuto. Entretanto o PCdoB, desde a retomada democrática, tem, recorrentemente, eleito parlamentares negros (Rios, 2014). Esse resultado, em boa parte, decorre da estratégia eleitoral adotada pelo partido em lançar um menor número de candidaturas e investir nelas. Por ser uma agremiação pequena, não tem muitos recursos disponíveis e, por isso, concentra-se em viabilizar uma nominata com menos nomes.

5 NOTAS CONCLUSIVAS

Tendo como base os resultados das eleições legislativas de 2014, 2018 e 2022, a proposta deste artigo foi contribuir com o debate acerca das relações entre mulheres negras e partidos políticos no Brasil. Dados evidenciam a sub-representação de pretas e pardas na política institucional e pesquisas ajudam a compreender as dificuldades desse acesso. Tal exclusão é agravada por características de gênero e raça, tornando necessária a perspectiva interseccional para compreender processos que criam obstáculos ao efetivo exercício democrático.

Nesse contexto, os partidos políticos assumem como protagonistas, mediando a entrada de grupos minoritários nas esferas decisórias. Seja no recrutamento para filiação, na definição das listas de candidaturas ou no repasse de recursos públicos, as agremiações cumprem funções elementares no sistema

representativo. Embora historicamente em outras partes do mundo os partidos tenham tido papel central para incluir grupos marginalizados, no Brasil a gênese partidária está vinculada ao desempenho de encargos estatais. Por isso, ainda hoje é comum ver as marcas de práticas clientelistas por dirigentes das siglas nacionais.

Apesar de não estarem originalmente ligadas a movimentos sociais, as agremiações brasileiras fizeram esforços a fim de se aproximarem de coletivos de mulheres e de negros a partir da redemocratização, em meados da década de 1980. Atualmente, muitos partidos possuem setores femininos/feministas e antirracistas em suas formações. De modo específico, no campo da esquerda e entre as siglas menores, o incentivo à participação de mulheres e pessoas negras tende a ser maior.

Nesse sentido, os resultados encontrados neste estudo convergem com a literatura especializada. Em 2014, a cada cem pretas e pardas que concorreram ao Legislativo, em média, apenas uma conseguiu ser eleita. Na esquerda, essa taxa foi de 2% e, no PT, chegou a 5%. Entre as 47 parlamentares, 50% estavam filiadas a siglas da esquerda.

Em 2018, o índice geral fica em 1,5% e a esquerda mantém 2%. Porém são os partidos menores, PSOL, PCdoB e PSB, que se destacam com as maiores chances de sucesso para as candidatas negras. Nesse pleito, marcado pela ascensão da extrema-direita, o campo da direita duplica sua presença entre as eleitas pretas e pardas, abrangendo 40% das vitoriosas, superando a esquerda nesse quesito. O partido com as taxas mais altas é o PSD, mas não chega a superar os 5% atingidos pelo PT na disputa anterior.

Em 2022, a esquerda recupera o predomínio eleitoral. Nesse campo, a cada cem concorrentes negras, quatro são eleitas, significando o dobro de chances em comparação com a média geral de 2%. Embora o PT tenha voltado a se destacar, é o PCdoB que apresenta a maior taxa de sucesso eleitoral: 11,9%. A esquerda segue com o protagonismo (45% das parlamentares pretas e pardas), mas é seguida de perto pela direita (42%).

Portanto esses dados confirmam que as chances de uma mulher negra conquistar espaços no Parlamento são maiores nos partidos de esquerda. A direita até lança mais candidaturas de pretas e pardas (contrariando o que se poderia pressupor a partir da literatura), porém elege menos. A exceção ocorre em

2018, por características peculiares desse pleito. Além das marcas ideológicas, também é válido considerar o tamanho e o grau de institucionalização dos partidos, pois os resultados aqui apresentados sinalizam que as taxas de sucesso de pretas e pardas são maiores em siglas menores.

Por fim, ressalta-se que, de modo geral, as chances de mulheres negras adentrarem esferas decisórias ainda são baixíssimas. Mesmo demonstrando há décadas disposição e capacidade para participar do exercício público deliberativo, elas se deparam com muitos obstáculos para conquistar mandatos eletivos. Ciente de que os partidos são protagonistas do processo eleitoral e constituem um imprescindível canal de acesso ao poder, não seria razoável debater democracia e representação política sem atentar para o desempenho de cada sigla.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Breno Alexandre Pires Fernandes. *A criação de “novos” partidos no Brasil contemporâneo: os casos do PSOL e do PSD*. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- ALVES, José Estácio Diniz; ARAÚJO, Clara. A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS*, Rio de Janeiro, 2009. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: LASA, 2009.
- AMORA, Gustavo Freitas. *Raça e representação política: uma análise das eleições para Deputado Federal no Distrito Federal, 2006*. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP)*, Brasília, n. 2, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 24, p. 23-59, jun. 2005.

AZEREDO, Diana. *A representação de mulheres negras nos parlamentos brasileiros entre 2014 e 2022*. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2023.

BARBIERI, Catarina Helena Cortada; RAMOS, Luciana de Oliveira. *Democracia e representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero: relatório final (2018-2019)*. São Paulo: FGV Direito SP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/33e683af-2bd2-4f1b-b52a-e28140450219>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo A.; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, 2023.

CAMPOS, Luiz Augusto. Socialismo moreno, conservadorismo pálido?: cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da subrepresentação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, v. 61, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cjdqGh6Hv6rZ3SQndZnXfFF/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2024.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *Raça e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

- CHAVES, Beatriz Mendes; MANCUSO, Wagner Pralon. Raça e gênero nas eleições brasileiras: uma análise sobre a influência de marcadores sociais na disputa à Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas em 2018. *In: SEMINÁRIO DISCENTE DE CIÊNCIA POLÍTICA (SDCP)*, 1., 2020, Curitiba. *Anais Eletrônicos* [. . .] Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/SDCP/SDCP2020/paper/view/3125>. Acesso em: 7 mar. 2023.
- CODATO Adriano; BERLATTO Fábria; BOLOGNESI Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, Lisboa, n. 229, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31447/as00032573.2018229.02>.
- COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, 2002.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- FIRPO, Sergio; FRANÇA, Michael; PORTELLA, Alysson; TAVARES, Rafael. Desigualdade racial nas eleições brasileiras. *SSRN*, Nova Iorque, maio 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4111691>.
- INSTITUTO MARIELLE FRANCO. Fazer como Marielle. *In: AGENDA Marielle Franco*. Rio de Janeiro (RJ): 2024. Disponível em: <https://www.agendamarielle.com/>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- JUNQUEIRA, Murilo de Oliveira; CAL, Renato Ribeiro Martins; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Por que tão poucos vereadores negros?: um estudo a partir das eleições de 2016. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 45., 2021, São Paulo. *Anais* [. . .]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2021.

- KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies*. Los Angeles: Sage Publications, 1994.
- KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the western european party systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- MANCUSO, Wagner Pralon; CHAVES, Beatriz Mendes. Enfrentando problemas, calibrando soluções: a influência de marcadores sociais nas eleições municipais de 2020. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., 2021, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPOCS, 2021.
- MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. São Paulo: Publicações Anpocs, 2018.
- MARENCO, André; SERNA Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais?: recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, jun. 2007.
- MENEGUELLO, Rachel *et al.* *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros*. Campinas: Unicamp/Cesop, 2012. Acesso em: 28 abr. 2023.
- MERLO, Marina. *Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a atuação partidária na trajetória das eleitas*. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, set./dez. 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2006.

- MOREIRA, Natália de Paula; BARBERIA, Lorena Guadalupe. Por que elas são poucas?: uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. *BIB*, São Paulo, n. 79, out. 2016.
- MORITZ, Maria Lúcia. As vereadoras das capitais brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996-2016). *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 15, jan./jun. 2019.
- MORITZ, Maria Lúcia. As vereadoras das capitais brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996-2016). *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 15, jan./jun. 2019.
- MORITZ, Maria Lúcia; SCHULZ, Rosângela. Mulheres vitoriosas na política: Estudo comparativo entre as deputadas federais do Brasil e Uruguai (2019-). *In: CONGRESO ALAS*, 29., 2013, Santiago, Chile. *Anais* [...]. Santiago, Chile: ALAS, 2013.
- NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. “If only more candidates came forward”: supply-side explanations of candidate selection in Britain. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 23, n. 3, p. 373-408, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/194222>. Acesso em: 30 maio 2024.
- PEREIRA, Wescrey Portes. Raça e eleições: candidaturas negras na competição eleitoral para vereador no Rio de Janeiro. *Conexão Política*, Teresina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2019.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. *In: SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, Mônica M. (org.). Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1994.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RIOS, Flavia Mateus. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

- RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 34, 2021. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238917.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, Flavia *et al.* (org.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas: Ed UNICAMP, 2020.
- SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.
- SCAPINI, Gabriela Luiz; CEGATTI, Amanda C.; RITA, Mayara Bacelar. Movimento feminista e partidos políticos nas eleições em 2018: análise do cenário rio-grandense. *Revista Contraponto*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2019.
- SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- TABARES, Camila de Vasconcelos; CONCEIÇÃO, Bruno da Silva; MARQUES, Rodolfo Silva. Mulheres, raça e partidos no Brasil: análise da sub-representação das candidaturas identitárias nas eleições 2018. *RIL*, Brasília, a. 58, n. 229, jan./mar. 2021.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Conheça as regras de filiação e desfiliação para ser candidato nas Eleições 2024. In: TSE. Brasília-DF, 13 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Novembro/conheca-as-regras-de-filiacao-e-desfiliacao-para-ser-candidato-nas-eleicoes-2024>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Divisão do Fundo Eleitoral e do tempo de TV deve ser proporcional ao total de candidatos negros, decide TSE. *In*: TSE. Brasília-DF, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Agosto/tse-distribuicao-fefc-candidatos-negros>. Acesso em: 02 fev. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Fundo Eleitoral e tempo de rádio e TV devem reservar o mínimo de 30% para candidaturas femininas, afirma TSE. *In*: TSE. Brasília-DF, 22 maio 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Maio/fundo-eleitoral-e-tempo-de-radio-e-tv-devem-reservar-o-minimo-de-30-para-candidaturas-femininas-afirma-tse>. Acesso em: 02 fev. 2024.

WOLINETZ, Steven. Beyond the Catch-All Party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. *In*: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan. *Political parties: old concept and new challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.